

# DIREITO PENAL

---

*PARTE GERAL*

---

FERNANDO  
GALVÃO

II<sup>a</sup>  
edição

2 0 1 9

  
editora  
D'PLÁCIDO

Copyright © 2015, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2015, Fernando Galvão.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Tales Leon de Marco*  
*(Sobre pintura de Marília Chartune)*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*  
*Christiane Moraes de Oliveira*  
*Leticia Robini*  
*Tales Leon de Marco*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização  
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

GALVÃO, Fernando.	
Direito penal: parte geral -- 11. ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.	
1202 p.	
ISBN: 978-85-60519-64-4	
1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título. II. Manual. III. Fernando Galvão	
CDU343.2/.7	CDD341.5

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# SUMÁRIO

<b>NOTA DO AUTOR</b>	<b>15</b>	1.1. Discurso justificador.....	62
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>17</b>	1.1.1. Teorias retributivas.....	63
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>	1.1.1.1. Retribuição divina.....	65
1. Direito Penal: definição.....	19	1.1.1.2. Retribuição moral.....	67
2. Teoria discursiva do Direito.....	19	1.1.1.3. Retribuição jurídica.....	68
2.1. Concepção tópica do raciocínio jurídico.....	20	1.1.2. Teorias utilitárias.....	71
2.2. A nova retórica.....	22	1.1.2.1. Prevenção especial.....	75
2.3. A lógica informal.....	24	1.1.2.2. Prevenção geral.....	77
2.4. A ação comunicativa e o discurso argumentativo.....	25	1.1.2.3. Correção do criminoso.....	80
2.4.1. A racionalidade comunicativa.....	27	1.1.2.4. Prevenção de penas.....	81
2.4.2. A sociedade como o mundo da vida e como sistema.....	29	1.1.3. Teorias de defesa.....	82
2.4.3. O processo emancipatório.....	30	1.1.3.1. Defesa indireta.....	83
2.4.4. A argumentação jurídica como um caso especial.....	32	1.1.3.2. Defesa justa.....	84
2.4.5. Limites do discurso jurídico.....	34	1.1.3.3. Defesa social.....	86
2.5. Perspectiva discursiva do Direito Penal.....	36	1.1.4. Teorias unitárias.....	89
3. Direito Penal e seu compromisso por realizar justiça.....	38	1.1.5. Reforma das penas.....	91
3.1. Justiça social, de Kelsen.....	40	1.2. Discurso deslegitimante.....	94
3.2. Justiça formal (igualdade), de Perelman.....	42	1.2.1. Ideologia anarquista.....	97
3.3. Justiça como correção, de Alexy.....	44	1.2.2. Perversidade do sistema repressivo.....	104
3.4. Justiça como equidade, de Rawls.....	45	1.2.3. Abolicionismo radical.....	108
3.5. Justiça constitucional.....	49	1.2.4. Abolicionismo moderado.....	110
		1.3. Controle da vingança privada.....	113
		<b>Capítulo 2</b>	
<b>Capítulo 1</b>		<b>MODELO CONSTITUCIONAL DE PUNIÇÃO</b>	<b>115</b>
<b>LEGITIMIDADE DA PUNIÇÃO</b>	<b>57</b>	2.1. Das velocidades às dimensões do Direito Penal.....	117
		2.1.1. Dimensão liberal do Direito Penal.....	120

2.1.2. Dimensão igualitária do Direito Penal	122	3.4.4. Imunidade prisional	183
2.1.3. Dimensão democrática (solidária) do Direito Penal	125	3.4.5. Imunidade penal de caráter social	184
2.1.3.1. Direito penal para sociedades complexas	129	3.5. Conflito aparente de leis	185
2.1.3.2. Titularidade do jus puniendi	131	3.5.1. Princípio da especialidade	186
2.1.3.3. Dignidade da pessoa humana e vedação à violência	132	3.5.2. Princípio da subsidiariedade	188
2.2. Princípios político-criminais do Estado Democrático	133	3.5.3. Princípio da consunção	188
2.2.1. Princípio da humanidade	136	3.5.4. Princípio da alternatividade	190
2.2.2. Princípio da reserva legal	139		
2.2.3. Princípio da intervenção mínima e adequada	144	Capítulo 4	
2.2.4. Princípios da fragmentariedade e subsidiariedade	146	<b>EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME</b>	<b>193</b>
2.2.5. Princípio da ofensividade	147	4.1. Crime como ente jurídico	193
2.2.6. Princípio da culpabilidade	148	4.2. Crime como ação humana	196
2.2.7. Individualização da pena	150	4.3. Conceito analítico do crime	200
		4.4. Linhas básicas do trabalho analítico	204
Capítulo 3		4.4.1. Sistema causal-naturalista (clássico)	206
<b>LEI PENAL</b>	<b>153</b>	4.4.2. Sistema neoclássico	210
3.1. Fontes do Direito Penal	153	4.4.3. Sistema finalista	213
3.1.1. Fontes formais	154	4.4.4. Sistema social	217
3.1.2. Fontes materiais	157	4.4.5. Sistema funcionalista	223
3.2. Eficácia temporal da lei penal	161	4.4.5.1. Funcionalismo moderado	224
3.2.1. Tempo do crime	162	4.4.5.1.1. Função de proteção ao bem jurídico	226
3.2.2. Retroatividade benéfica	162	4.4.5.1.2. Conteúdo material do conceito de bem jurídico	227
3.2.3. Ultratividade benéfica	164	4.4.5.1.2.1. Teorias subjetivas	230
3.2.4. Sucessão de leis nos crimes continuados e permanentes	164	4.4.5.1.2.2. Teorias objetivas	232
3.2.5. Aplicação de lei intermediária e combinação de leis	165	4.4.5.1.2.3. Teorias mistas	233
3.2.6. Ultratividade das leis excepcionais e temporárias	166	4.4.5.1.2.4. Teoria do objeto de proteção	233
3.3. Eficácia espacial da lei penal	168	4.4.5.1.2.5. Teorias sociológico-funcionalistas	234
3.3.1. Lugar do crime	169	4.4.5.1.2.6. Teoria procedimental	236
3.3.2. Princípio da territorialidade	170	4.4.5.2. Funcionalismo sistêmico (radical)	237
3.3.3. Extraterritorialidade	172	4.4.5.2.1. Função de estabilização das expectativas sociais	238
3.4. Eficácia da lei penal quanto às pessoas	175	4.4.5.2.2. Direito Penal do cidadão e Direito Penal do Inimigo	239
3.4.1. Imunidade diplomática	176	4.4.5.3. Conformação sistêmica funcional	241
3.4.2. Imunidade parlamentar	177	4.4.6. Sistema significativo	243
3.4.3. Imunidade judiciária	180	4.4.6.1. Giro linguístico e hermenêutico	244
		4.4.6.2. Pretensões de validade da norma penal	248
		4.4.6.3. Conformação sistêmica significativa	250
		4.4.6.4. Influência do sistema significativo	254

4.4.7. Sistema adotado .....	255	5.7.2.1. Ineficácia absoluta do meio empregado .....	317
4.4.7.1. Caráter normativo .....	257	5.7.2.2. Improriedade absoluta do objeto .....	318
4.4.7.2. Caráter funcional .....	258	5.7.2.3. Flagrante preparado e flagrante esperado .....	323
4.4.7.3. Perspectiva significativa e procedimental .....	260	5.7.2.4. Crime impossível e crime putativo .....	324

## Capítulo 5

### **TIPO PENAL INCRIMINADOR 263**

5.1. Tipo e tipicidade .....	263
5.2. Funções do tipo .....	266
5.2.1. Selecionar a matéria de proibição .....	266
5.2.2. Garantir a liberdade individual .....	267
5.2.3. Motivar os membros da sociedade .....	268
5.2.4. Definir espécies de erro relevante .....	268
5.3. Conteúdo normativo do tipo .....	269
5.4. Estrutura do tipo .....	270
5.4.1. Elementos estruturais .....	271
5.4.1.1. Núcleo do tipo .....	271
5.4.1.2. Sujeitos do crime .....	272
5.4.1.3. Objetos do crime .....	275
5.4.2. Elementos Objetivos .....	275
5.4.2.1. Meramente descritivos .....	276
5.4.2.2. Normativos .....	277
5.4.3. Elementos subjetivos .....	279
5.4.3.1. Dolo .....	280
5.4.3.2. Culpa .....	288
5.4.3.3. Preterdolo .....	298
5.5. Adequação típica .....	300
5.5.1. Direta ou imediata .....	301
5.5.2. Mediata ou por extensão .....	301
5.6. Adequação típica e erro de tipo .....	302
5.6.1. Erro essencial e erro acidental .....	304
5.6.2. Erro sobre elementos normativos do tipo .....	305
5.6.3. Erro vencível e invencível .....	307
5.6.4. Erro determinado por terceiro .....	308
5.7. Inadequação típica .....	308
5.7.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	308
5.7.1.1. Requisitos .....	310
5.7.1.2. Responsabilização pelos atos já praticados .....	313
5.7.2. Crime impossível .....	315

## Capítulo 6

### **IMPUTAÇÃO OBJETIVA 325**

6.1. Resultado natural e resultado jurídico .....	326
6.2. Estrutura da imputação objetiva .....	329
6.2.1. Finalidade da conduta .....	332
6.3. Âmbito de aplicação da imputação objetiva .....	334
6.4. Causalidade e imputação objetiva .....	336
6.5. Determinação da causalidade natural .....	338
6.5.1. Teoria da equivalência dos antecedentes .....	339
6.5.2. Teoria da causalidade adequada .....	342
6.5.3. Concausalidade .....	344
6.6. Critérios normativos de relevância .....	348
6.6.1. Princípio da adequação social .....	349
6.6.1.1. Princípio da insignificância .....	352
6.6.1.1.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	354
6.6.1.1.1.1. Mínima ofensividade da conduta do sujeito .....	355
6.6.1.1.1.2. Nenhuma periculosidade social da conduta .....	356
6.6.1.1.1.3. Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento .....	358
6.6.1.1.1.4. Inexpressividade da lesão jurídica provocada .....	359
6.6.1.1.2. Insignificância e crimes complexos .....	359
6.6.1.1.3. Insignificância e crime continuado .....	360
6.6.1.1.4. Insignificância nos crimes tributários .....	361
6.6.1.2. Princípio da posição de garantidor .....	364
6.6.1.2.1. Da concepção naturalista à normativa de omissão .....	365
6.6.1.2.2. Distinção entre ação e omissão .....	368
6.6.1.2.3. Omissão própria .....	369
6.6.1.2.4. Omissão imprópria .....	370
6.6.1.3. Princípio da tolerância social a situações de risco .....	375

6.6.1.3.1. Criação do risco não permitido.....	377	7.9.2.1. Agressão injusta.....	444
6.6.1.4. Exclusão da imputação ante o risco permitido.....	382	7.9.2.2. Agressão atual ou iminente.....	447
6.6.1.4.1. Consentimento do ofendido e autocolocação em perigo.....	384	7.9.2.3. Agressão a bem juridicamente protegido.....	448
6.6.1.4.2. Princípio da confiança.....	389	7.9.2.4. Reação com meios necessários.....	449
6.6.1.5. Realização do risco não permitido.....	395	7.9.2.5. Uso moderado dos meios.....	450
6.6.1.6. Situações particulares.....	398	7.9.2.6. Intenção de defesa.....	451
6.6.1.6.1. Autocolocação em perigo.....	398	7.9.3. Estrito cumprimento de dever legal.....	452
6.6.1.6.2. Cursos causais extraordinários.....	400	7.9.4. Exercício regular de direito.....	456
6.6.1.6.3. Ações perigosas de salvamento.....	400	7.9.5. Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	458
6.6.1.6.4. Interrupções de ações de salvamento.....	402	7.9.5.1. Consentimento do ofendido.....	459
6.6.1.6.5. Diminuições do risco.....	406	7.10. Excesso nas justificativas.....	462
6.6.1.6.6. Aceleração do resultado.....	407	7.11. Discriminantes putativas.....	465
6.6.1.6.7. Aparição tardia do resultado.....	408		

## Capítulo 7

### **ILICITUDE E CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO** 411

7.1. Ilicitude da conduta punível.....	411
7.2. Ilicitude e injusto.....	413
7.3. Ilicitude formal e material.....	413
7.4. Relação tipo-ilicitude.....	416
7.5. Valoração do Injusto.....	419
7.6. Fundamento da justificação.....	422
7.7. Tipos permissivos.....	424
7.8. Elemento subjetivo.....	424
7.9. Causas de justificação.....	428
7.9.1. Estado de necessidade.....	430
7.9.1.1. Teoria diferenciadora.....	431
7.9.1.2. Perigo atual.....	434
7.9.1.3. Salvamento de bem juridicamente protegido.....	436
7.9.1.4. Involuntariedade na produção do perigo.....	437
7.9.1.5. Inevitabilidade do comportamento lesivo.....	439
7.9.1.6. Inexistência do dever de enfrentar o perigo.....	441
7.9.1.7. Elemento subjetivo.....	442
7.9.1.8. Estado de necessidade no Direito Civil.....	442
7.9.2. Legítima defesa.....	443

## Capítulo 8

### **CULPABILIDADE** 471

8.1. Conceito.....	471
8.2. Evolução da teoria.....	473
8.2.1. Concepção psicológica.....	473
8.2.2. Concepção psicológico-normativa.....	475
8.2.3. Concepção normativa.....	477
8.2.4. Concepção funcional.....	478
8.3. Critério de reprovação: exigibilidade de conduta diversa.....	481
8.4. Reprovação conforme a racionalidade prática (cognitiva-instrumental).....	485
8.4.1. Poder-de-agir-de-outro-modo.....	486
8.5. Reprovação jurídica em ambiente de interação social complexa.....	487
8.6. Culpabilidade.....	490
8.7. Tipo de culpabilidade.....	494
8.8. Culpa referida à finalidade comunicativa.....	495
8.8.1. Metodologia.....	500
8.8.2. Finalidade e crimes dolosos.....	501
8.8.3. Finalidade e crimes culposos.....	502
8.9. Exculpação.....	506
8.9.1. Inexigibilidade por incapacidade psíquica: inimputabilidade.....	506
8.9.1.1. Reconhecimento da incapacidade.....	510
8.9.1.2. Doença mental.....	511
8.9.1.3. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	514

8.9.1.4. Perturbação da saúde mental.....	515	9.5.2.5. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	584
8.9.1.5. Psicopatia ou sociopatia.....	516	9.5.2.6. Autoria mediata em crime culposo.....	585
8.9.1.6. Embriaguez completa e teoria da actio libera in causa.....	517	9.5.2.7. Autoria mediata em crime omissivo.....	586
8.9.1.7. Embriaguez incompleta.....	523	9.5.3. Coautoria.....	587
8.9.1.8. Menoridade do sujeito.....	525	9.5.3.1. Coautoria sucessiva.....	588
8.9.1.9. Consequências da inimputabilidade.....	527	9.5.3.2. Coautoria nos crimes próprios e de mão própria.....	591
8.9.1.10. Semi-imputabilidade.....	530	9.5.3.3. Coautoria em crime culposo.....	592
8.9.2. Inexigibilidade por incompreensão da ilicitude do fato.....	531	9.5.3.4. Coautoria em crime omissivo.....	594
8.9.2.1. Erro de proibição.....	532	9.5.3.5. Coautoria com pessoa jurídica.....	595
8.9.2.2. Espécies de erro.....	533	9.5.4. Autoria colateral.....	598
8.9.2.3. Evitabilidade do erro.....	537	9.5.5. Participação criminosa.....	598
8.9.2.4. Desconhecimento da lei.....	541	9.5.5.1. Fundamento da punição.....	599
8.9.2.5. Elemento subjetivo no erro.....	545	9.5.5.2. Acessoriedade da participação.....	601
8.9.3. Inexigibilidade na colisão de deveres.....	546	9.5.6. Formas de participação.....	604
8.9.4. Inexigibilidade por coação irresistível.....	548	9.5.6.1. Cumplicidade.....	605
8.9.5. Inexigibilidade por obediência à ordem de superior hierárquico.....	550	9.5.6.2. Determinação.....	606
8.9.6. Inexigibilidade por estado de necessidade.....	553	9.5.6.3. Instigação.....	607
		9.5.6.4. Participação de menor importância.....	607
		9.5.7. Participação em crimes próprios e de mão própria.....	608
		9.5.8. Participação em crime culposo.....	609
		9.5.9. Participação em crime omissivo.....	610
		9.6. Intervenção impunível.....	611
		9.7. Cooperação dolosamente distinta.....	612
		9.8. Concurso de pessoas no contexto societário.....	617
<hr/>			
Capítulo 9		Capítulo 10	
<b>CONCURSO DE PESSOAS.....</b>	<b>555</b>	<b>PENAS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>621</b>
9.1. Pluralidade de pessoas no fato punível.....	555	10.1. Penas privativas de liberdade.....	621
9.2. Teorias para a incriminação.....	556	10.1.1. Regimes prisionais.....	624
9.3. Requisitos.....	559	10.1.1.1. Regime fechado.....	626
9.4. Comunicabilidade de elementares típicas.....	562	10.1.1.2. Regime semiaberto.....	627
9.4.1. Circunstâncias e condições de caráter pessoal.....	563	10.1.1.3. Regime aberto.....	629
9.4.2. Elementares do crime.....	565	10.1.1.4. Regime especial.....	632
9.4.3. Elementares objetivas.....	567	10.1.1.5. Regime nas contravenções penais.....	633
9.4.4. Conhecimento pelos demais concorrentes.....	568	10.1.1.6. Regime disciplinar diferenciado.....	635
9.4.5. Síntese das regras da comunicabilidade.....	569	10.1.1.7. Progressão de regime.....	639
9.5. Autoria e participação.....	570	10.1.2. Direitos do preso.....	648
9.5.1. Identificação do autor.....	571		
9.5.2. Formas de autoria.....	576		
9.5.2.1. Autoria direta ou imediata.....	576		
9.5.2.2. Autoria indireta ou mediata.....	577		
9.5.2.3. Autoria mediata no Código Penal brasileiro.....	580		
9.5.2.4. Formas de autoria mediata.....	580		

10.1.3. Remição pelo trabalho ou pelo estudo.....	649
10.1.4. Detração.....	655
10.1.5. Livramento condicional.....	660
10.1.5.1. Requisitos.....	661
10.1.5.2. Soma das penas.....	666
10.1.5.3. Período de prova.....	666
10.1.5.4. Especificação das condições.....	667
10.1.5.5. Cerimônia do livramento condicional.....	668
10.1.5.6. Revogação do livramento.....	668
10.1.5.7. Efeitos da revogação.....	670
10.1.5.8. Livramento de preso provisório.....	673
10.2. Penas restritivas de direitos.....	673
10.2.1. Prestação pecuniária.....	676
10.2.2. Prestação de outra natureza.....	680
10.2.3. Perda de bens e valores.....	681
10.2.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	682
10.2.5. Interdição temporária de direitos.....	685
10.2.6. Limitação de fim de semana.....	691
10.2.7. Comparecimento a determinados lugares em dias de jogos esportivos.....	692
10.3. Multa.....	693
10.3.1. Destinação da multa.....	694
10.3.2. Execução da pena de multa.....	696

## Capítulo 11

### **AÇÃO PENAL..... 699**

11.1. Conceito e natureza jurídica.....	699
11.2. Condições da ação.....	703
11.2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	704
11.2.2. Legitimidade da parte.....	706
11.2.3. Interesse de agir.....	707
11.2.4. Justa causa.....	709
11.3. Classificação das ações penais.....	710
11.3.1. Quanto à tutela jurisdicional invocada.....	710
11.3.2. Quanto à titularidade do exercício.....	711
11.4. A ação penal no crime complexo.....	714
11.5. Irretratabilidade da representação.....	715
11.6. Renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa.....	716

11.7. Ação penal na aplicação imediate de pena.....	717
--	-----

## Capítulo 12

### **INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA 719**

12.1. Pena privativa de liberdade.....	720
12.1.1. Medida da culpabilidade.....	723
12.1.2. Circunstâncias judiciais.....	730
12.1.3. Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	733
12.1.4. Concurso de atenuantes e agravantes.....	736
12.1.5. Causas de diminuição e de aumento.....	740
12.1.6. Concurso de causas de diminuição e/ou aumento.....	741
12.1.6.1. Métodos para a incidência das causas.....	743
12.1.7. Definição do regime inicial.....	746
12.1.8. Limite para a execução das penas.....	750
12.1.9. Concurso de penas.....	754
12.2. Pena de multa.....	755
12.2.1. Sistema de dias-multa.....	756
12.2.2. Valor da multa.....	757
12.2.3. Vinculação ao salário mínimo.....	760
12.2.4. Correção monetária.....	761
12.2.5. Multa substitutiva.....	762
12.2.6. Conversão em privativa de liberdade.....	767
12.3. Restritiva de direitos.....	769
12.3.1. Requisitos para a substituição.....	770
12.3.2. Substituição de pena igual ou superior a um ano.....	773
12.3.3. Substituição em condenação por crime hediondo ou por tráfico de drogas.....	774
12.3.4. Substituição depois de iniciada a execução da privação da liberdade.....	775
12.3.5. Duração da pena.....	779
12.3.6. Conversão em privativa de liberdade.....	781
12.3.6.1. Causas gerais.....	782
12.3.6.2. Causas específicas.....	786
12.3.6.3. Saldo de trinta dias de privação da liberdade.....	788
12.4. Aplicação imediata de pena.....	789
12.4.1. Infrações de menor potencial ofensivo.....	791
12.4.2. Impossibilidade de aplicação.....	792



12.4.3. Legitimidade para a proposta.....	794	14.6. Vítima ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	848
12.4.4. Especificação da pena.....	796	14.7. Abuso de autoridade, relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade e violência contra a mulher.....	849
12.4.5. Apreciação do juiz e redução da pena de multa.....	799	14.8. Abuso de poder e violações dos deveres inerentes a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	852
12.4.6. Descumprimento da transação penal e a súmula vinculante nº 35 do STF.....	800	14.9. Vítima criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	854
12.4.6.1. Transação e devido processo legal.....	802	14.10. Vítima sob imediata proteção da autoridade.....	857
12.4.6.1.1. Devido processo legal consensual.....	804	14.11. Incêndio, naufrágio, inundação e outras calamidades públicas e desgraça particular do ofendido.....	858
12.4.6.1.2. Necessidade de rever antigas lições processuais.....	805	14.12. Embriaguez preordenada.....	859
12.4.6.2. Lastro probatório para acusar.....	807	14.13. Concurso de pessoas.....	864
12.4.6.3. Natureza condenatória da decisão que homologa a transação penal.....	809		
12.4.6.4. Inexistência de período de prova.....	810		
12.4.6.5. Defesa na retomada da persecução e segurança jurídica.....	811		
12.4.6.6. Coerência do sistema repressivo.....	812		
12.4.6.7. Solução legal.....	814		

### Capítulo 13

#### **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS 817**

13.1. Culpabilidade.....	819
13.2. Antecedentes.....	822
13.3. Conduta social.....	825
13.4. Personalidade.....	826
13.5. Motivos.....	828
13.6. Circunstâncias do crime.....	830
13.7. Consequências do crime.....	831
13.8. Comportamento da vítima.....	832

### Capítulo 14

#### **CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS AGRAVANTES 835**

14.1. Reincidência.....	837
14.2. Motivo fútil ou torpe.....	840
14.3. Finalidade de facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.....	843
14.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outros recursos que dificultem ou tornem impossível a defesa do ofendido.....	845
14.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou que possa resultar perigo comum.....	846

### Capítulo 15

#### **CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS ATENUANTES 869**

15.1. Menoridade ou senilidade do condenado.....	871
15.2. Desconhecimento da lei.....	873
15.3. Motivo de relevante valor social ou moral.....	873
15.4. Tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime e reparação do dano.....	876
15.5. Coação resistível e cumprimento de ordem de autoridade superior.....	878
15.6. Influência de violenta emoção.....	880
15.7. Confissão de autoria.....	882
15.8. Influência de multidão em tumulto.....	883
15.9. Atenuante inominada.....	884

### Capítulo 16

#### **CAUSAS DE DIMINUIÇÃO 887**

16.1. Tentativa.....	887
16.1.1. Possibilidade da tentativa.....	889
16.1.2. Início da execução.....	893
16.1.3. Término da tentativa.....	896
16.1.4. Tentativa nos crimes omissivos.....	899
16.1.5. Redução de pena.....	903
16.2. Arrependimento posterior.....	904

16.3. Erro de proibição evitável .....	906	18.4.4. Revogação .....	988
16.4. Exigibilidade de sacrifício no fato necessário .....	907	Capítulo 19	
16.5. Semi-imputabilidade .....	909	<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA</b> .....	<b>991</b>
16.6. Embriaguez incompleta .....	911	19.1. Requisitos .....	995
16.7. Participação de menor importância .....	915	19.2. Espécies .....	995
16.8. Causas de diminuição previstas na parte especial .....	918	19.2.1. Internação hospitalar .....	996
Capítulo 17		19.2.2. Tratamento ambulatorial .....	998
<b>CAUSAS DE AUMENTO</b> .....	<b>923</b>	19.3. Substituição da pena por medida de segurança .....	999
17.1. Previsibilidade do resultado mais grave .....	924	19.4. Duração .....	1001
17.2. Situação econômica do condenado e pena de multa .....	926	19.5. Cessação da periculosidade .....	1003
17.3. Concurso formal .....	927	19.6. Aplicação imediata de medida de segurança .....	1003
17.4. Crime continuado .....	931	19.7. Impossibilidade de aplicação .....	1006
17.5. Aberratio ictus .....	935	Capítulo 20	
17.6. Aberratio delicti .....	939	<b>SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA</b> .....	<b>1009</b>
17.7. Causas de aumento previstas na parte especial .....	942	20.1. Conceito e natureza jurídica .....	1009
Capítulo 18		20.2. Requisitos .....	1011
<b>EFEITOS DA CONDENAÇÃO</b> .....	<b>945</b>	20.3. Espécies .....	1012
18.1. Efeitos genéricos .....	947	20.4. Audiência admonitória .....	1013
18.1.1. Reparação civil ex delicto .....	948	20.5. Condições sursitárias .....	1014
18.1.2. Confisco .....	949	20.6. Período de prova .....	1015
18.1.3. Suspensão dos direitos políticos .....	955	20.7. Revogação .....	1015
18.1.4. Suspensão do exercício do poder familiar .....	960	20.8. Efeitos da revogação .....	1016
18.2. Efeitos específicos .....	963	20.9. Prorrogação automática do período de prova .....	1017
18.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	964	20.10. Cumprimento das condições .....	1018
18.2.1.1. Perda do cargo de militares .....	969	Capítulo 21	
18.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela .....	973	<b>EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE</b> .....	<b>1019</b>
18.2.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	975	21.1. Noções gerais .....	1019
18.3. Impossibilidade de administrar sociedade civil simples .....	978	21.1.1. Questão prejudicial de mérito .....	1021
18.4. Reabilitação .....	979	21.1.2. Alcance das causas extintivas da responsabilidade .....	1021
18.4.1. Requisitos .....	981	21.1.3. Condições objetivas de responsabilidade .....	1023
18.4.2. Efeitos .....	984	21.1.4. Escusas absolutórias ou imunidades penais .....	1025
18.4.3. Reexame necessário .....	987		

21.2. Morte do sujeito.....	1027	22.3. Crimes imprescritíveis.....	1070
21.3. Anistia, graça e indulto.....	1028	22.4. Espécies.....	1072
21.3.1. Anistia.....	1028	22.5. Efeitos.....	1073
21.3.2. Graça.....	1031	22.6. Prazos prescricionais.....	1074
21.3.3. Indulto.....	1031	22.6.1. Aumento do prazo pela reincidência.....	1076
21.4. Abolitiono criminis.....	1032	22.6.2. Diminuição do prazo em face da idade do criminoso.....	1076
21.5. Prescrição.....	1033	22.6.3. Concorrência de causas que alteram o prazo prescricional.....	1077
21.6. Decadência.....	1033	22.7. Contagem do prazo.....	1078
21.6.1. Natureza jurídica.....	1033	22.8. Termo inicial.....	1079
21.6.2. Direito de representação.....	1034	22.9. Causas suspensivas.....	1087
21.6.3. Direito de queixa.....	1036	22.10. Causas interruptivas.....	1095
21.6.4. Prazo decadencial.....	1037	22.11. Prescrição intercorrente ou superveniente.....	1105
21.6.5. Titularidade do direito potestativo.....	1040	22.12. Prescrição retroativa.....	1106
21.7. Perempção.....	1040	22.13. Prescrição pela pena em perspectiva.....	1109
21.8. Renúncia ao direito de queixa.....	1042	22.14. Prescrição das penas restritivas de direito.....	1112
21.9. Perdão aceito.....	1043	22.15. Prescrição da multa.....	1113
21.10. Retratação do sujeito.....	1045	22.16. Prescrição no concurso de crimes.....	1115
21.11. Perdão judicial.....	1047	22.17. Prescrição nos casos de detração.....	1116
21.11.1. Natureza jurídica.....	1048		
21.11.2. Efeitos.....	1050		
21.11.3. Requisitos.....	1051		
21.11.4. Perdão nos crimes de trânsito.....	1052		
21.11.5. Perdão em decorrência de colaboração.....	1054		
21.12. Outras causas extintivas da responsabilidade.....	1058		
21.12.1. Cumprimento do período de prova do sursis.....	1058		
21.12.2. Reparação dos danos no peculato culposo.....	1059		
21.12.3. Pagamento de tributos e contribuições previdenciárias devidas.....	1059		
21.12.4. Cumprimento do prazo da suspensão condicional do processo.....	1061		
21.12.5. Cumprimento do livramento condicional.....	1062		

## Capítulo 22

### **EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO 1065**

22.1. Natureza jurídica.....	1066
22.2. Fundamento.....	1067

## Capítulo 23

### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE 1119**

Classificação doutrinária.....	1119
23.1. Quanto à gravidade objetiva do crime.....	1121
23.1.1. Crime de pequeno potencial ofensivo.....	1121
23.1.2. Crime de maior potencial ofensivo.....	1122
23.1.3. Aplicação prática.....	1123
23.2. Quanto ao sujeito ativo.....	1124
23.2.1. Crime comum.....	1124
23.2.2. Crime próprio.....	1124
23.2.3. Aplicação prática.....	1125
23.3. Quanto à forma de execução.....	1125
23.3.1. Crime comissivo.....	1125
23.3.2. Crime omissivo próprio.....	1125
23.3.3. Crime omissivo impróprio.....	1126
23.3.4. Crime unissubsistente.....	1127
23.3.5. Crime plurissubsistente.....	1128
23.3.6. Crime de Mão Própria.....	1128

23.3.7. Aplicação prática.....	1129	23.8.3. Aplicação Prática.....	1169
23.4. Quanto ao momento consumativo.....	1130		
23.4.1. Crime material.....	1130	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b>	<b>1171</b>
23.4.2. Crime formal.....	1132		
23.4.3. Crime de mera conduta.....	1133	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>1181</b>
23.4.4. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado.....	1134		
23.4.5. Crime habitual.....	1136		
23.4.6. Crime Instantâneo.....	1137		
23.4.7. Crime permanente.....	1138		
23.4.8. Crime progressivo e progressão criminosa.....	1139		
23.4.9. Aplicação prática.....	1140		
23.5. Quanto ao resultado naturalístico.....	1140		
23.5.1. Crime de dano.....	1141		
23.5.2. Crime de perigo concreto.....	1142		
23.5.3. Crime de perigo abstrato.....	1143		
23.5.4. Crime de bagatela.....	1144		
23.5.5. Aplicação prática.....	1145		
23.6. Quanto ao concurso de pessoas.....	1146		
23.6.1. Crime de concurso facultativo.....	1146		
23.6.2. Crime de concurso necessário.....	1147		
23.6.3. Aplicação prática.....	1147		
23.7. Quanto à concepção do tipo.....	1148		
23.7.1. Tipo simples e tipo derivado (qualifica- do, privilegiado e complexo).....	1148		
23.7.2. Tipo fechado e tipo aberto.....	1150		
23.7.3. Tipo congruente e tipo incongruente.....	1152		
23.7.4. Aplicação prática.....	1154		
23.8. Quanto à especialidade da justiça que o julga.....	1154		
23.8.1. Crime comum.....	1157		
23.8.2. Crime especial.....	1158		
23.8.2.1. Crimes militares.....	1158		
23.8.2.1.1. Os novos crimes militares intro- duzidos pela Lei 13.491/17.....	1161		
23.8.2.1.2. Crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares.....	1162		
23.8.2.1.3. Impossibilidade constitucional de caracterização do crime militar.....	1164		
23.8.2.1.4. Crimes entre militares estaduais e federais.....	1166		
23.8.2.1.5. Tutela da hierarquia e da disciplina.....	1168		